Revista Contraponto **v. 13, 2026, e155709, p. 1-27 .**
ISSN: 2358-3541

A DESIGUALDADE NA ÓTICA DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN

INEQUALITY FROM THE PERSPECTIVE OF NIKLAS LUHMANN'S SYSTEMS THEORY

LA DESIGUALDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA DE LOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN

Pedro Lucas da Silva Bernardo[1]

https://doi.org/10.5935/2358-3541.2026155709-pt

Resumo

O presente artigo analisa a desigualdade social a partir da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, enfatizando como os processos de inclusão e exclusão produzidos pelos sistemas sociais funcionalmente diferenciados contribuem para a reprodução das assimetrias na sociedade moderna. O estudo tem como objetivo compreender de que maneira a lógica operacional dos sistemas sociais, baseada na comunicação, na diferenciação funcional e em mecanismos próprios de seleção, influencia as possibilidades de participação dos indivíduos nas diferentes esferas sociais. Metodologicamente, a pesquisa possui caráter teórico e bibliográfico, fundamentando-se principalmente nas obras de Luhmann e em contribuições de comentadores da Teoria dos Sistemas, como Armin Nassehi, Caroline Kunzler, Clarissa Eckert Baeta Neves, Eva Machado Barbosa Samios, além do diálogo com autores que discutem especificamente a relação entre desigualdade, inclusão e exclusão na perspectiva sistêmica, tal como João Paulo Bachur e Roberto Dutra Torres Junior. Inicialmente, o artigo apresenta os fundamentos da Teoria dos Sistemas Sociais, abordando conceitos como diferenciação funcional, autopoiese, fechamento operacional, sistema e ambiente, e outros que são vistos como fundamentais para a análise do processo comunicativo na sociedade moderna. Em seguida, discute-se como os mecanismos de inclusão e exclusão operam nos sistemas sociais, estabelecendo diferentes formas de acesso e participação. Os resultados indicam que, na perspectiva luhmanniana, a desigualdade social não pode ser compreendida apenas como consequência de fatores econômicos ou individuais, mas também como resultado dos processos seletivos próprios dos sistemas sociais, que produzem diferentes possibilidades de integração e marginalização. Conclui-se que a participação dos indivíduos na sociedade moderna ocorre de maneira diferenciada e parcial, sendo condicionada pelas formas específicas de reconhecimento e comunicação estabelecidas pelos sistemas sociais.
Palavras-Chave: Teoria dos Sistemas. Sistemas sociais. Desigualdade social. Inclusão e exclusão. Niklas Luhmann.

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). E-mail: pedrobernardo@iesp.uerj.br.

Abstract

This article analyzes social inequality from the perspective of Niklas Luhmann's Theory of Social Systems, emphasizing how the processes of inclusion and exclusion produced by functionally differentiated social systems contribute to the reproduction of asymmetries in modern society. The study aims to understand how the operational logic of social systems, based on communication, functional differentiation, and specific selection mechanisms, influences individuals' possibilities of participation in different social spheres. Methodologically, the research has a theoretical and bibliographic nature, based primarily on Luhmann's works and on contributions from commentators of Systems Theory, such as Armin Nassehi, Caroline Kunzler, Clarissa Eckert Baeta Neves, and Eva Machado Barbosa Samios, as well as on dialogue with authors who specifically discuss the relationship between inequality, inclusion, and exclusion from a systemic perspective, such as João Paulo Bachur and Roberto Dutra Torres Junior. Initially, the article presents the foundations of the Theory of Social Systems, addressing concepts such as functional differentiation, autopoiesis, operational closure, system, and environment, and others that are considered fundamental for the analysis of the communicative process in modern society. Subsequently, it discusses how inclusion and exclusion mechanisms operate within social systems, establishing different forms of access and participation. The results indicate that, from a Luhmannian perspective, social inequality cannot be understood solely as a consequence of economic or individual factors, but also as the result of the selective processes inherent to social systems, which produce different possibilities of integration and marginalization. It is concluded that individuals' participation in modern society occurs in a differentiated and partial manner, being conditioned by the specific forms of recognition and communication established by social systems.
Keywords: Systems Theory. Social systems. Social inequality. Inclusion and exclusion. Niklas Luhmann.

Resumen

El presente artículo analiza la desigualdad social desde la perspectiva de la Teoría de los Sistemas Sociales de Niklas Luhmann, enfatizando cómo los procesos de inclusión y exclusión producidos por los sistemas sociales funcionalmente diferenciados contribuyen a la reproducción de las asimetrías en la sociedad moderna. El estudio tiene como objetivo comprender de qué manera la lógica operativa de los sistemas sociales, basada en la comunicación, la diferenciación funcional y mecanismos propios de selección, influye en las posibilidades de participación de los individuos en las diferentes esferas sociales. Metodológicamente, la investigación posee un carácter teórico y bibliográfico, fundamentándose principalmente en las obras de Luhmann y en las contribuciones de comentaristas de la Teoría de Sistemas, como Armin Nassehi, Caroline Kunzler,

Clarissa Eckert Baeta Neves y Eva Machado Barbosa Samios, además del diálogo con autores que discuten específicamente la relación entre desigualdad, inclusión y exclusión desde una perspectiva sistémica,como João Paulo Bachur y Roberto Dutra Torres Junior. Inicialmente, el artículo presenta los fundamentos de la Teoría de los Sistemas Sociales, abordando conceptos como diferenciación funcional, autopoiesis, clausura operativa, sistema y entorno, y otros que son considerados fundamentales para el análisis del proceso comunicativo en la sociedad moderna. . Posteriormente, se analiza cómo los mecanismos de inclusión y exclusión operan en los sistemas sociales, estableciendo diferentes formas de acceso y participación. Los resultados indican que, desde la perspectiva luhmanniana, la desigualdad social no puede comprenderse únicamente como consecuencia de factores económicos o individuales, sino también como resultado de los procesos selectivos propios de los sistemas sociales, que producen diferentes posibilidades de integración y marginación. Se concluye que la participación de los individuos en la sociedad moderna ocurre de manera diferenciada y parcial, estando condicionada por las formas específicas de reconocimiento y comunicación establecidas por los sistemas sociales.
Palabras clave: Teoría de los Sistemas; Sistemas sociales; Desigualdad social; Inclusión y exclusión; Niklas Luhmann.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social constitui um dos problemas fundamentais da sociologia, sendo analisada por diferentes tradições teóricas a partir das formas pelas quais recursos, oportunidades e posições sociais são distribuídos de maneira assimétrica entre indivíduos e grupos. Embora frequentemente associada às estruturas econômicas e aos mecanismos de estratificação social, a desigualdade também pode ser compreendida a partir dos processos que definem as possibilidades de participação dos indivíduos nas diferentes esferas da sociedade. Nesse sentido, a Teoria dos Sistemas Sociais, desenvolvida por Niklas Luhmann, apresenta uma contribuição relevante ao deslocar a análise da desigualdade para os mecanismos comunicacionais responsáveis por produzir formas diferenciadas de inclusão e exclusão na sociedade moderna.

Luhmann (2016) concebe a Teoria dos Sistemas como um marco onde a sociedade moderna é compreendida como um sistema hipercomplexo, constituída por uma multiplicidade de relações entre diversos tipos de sistemas que a compõem, estes vistos como autônomos. Os sistemas autônomos, devido à grande complexidade do mundo moderno, apresentam formas de interdependência entre si,

produzidas pelo vasto número de comunicações e padrões sistêmicos que circulam na sociedade. Esses processos delimitam diversos “territórios” de operações distintas, caracterizados pela diferenciação funcional, que se estabelece a partir da diferença entre o sistema e o ambiente. Esta interdependência proporciona formas contínuas de conexão entre os sistemas, permitindo que eles se influenciem sem perder sua autonomia. Isso ocorre à medida que cada sistema é constantemente irritado pelo seu ambiente e proporciona estímulos, interpretando-os segundo seus próprios códigos e operações.

Nesse cenário hipercomplexo envolvendo os sistemas, os processos de inclusão e exclusão tornam-se evidentemente mais variados. Eles são caracterizados por mecanismos seletivos próprios de cada sistema funcional, determinando quem é reconhecido como participante legítimo de suas operações e quem permanece fora de seu alcance comunicacional. A inclusão ocorre quando o indivíduo é integrado às expectativas, códigos e oportunidades produzidas pelo sistema; a exclusão, por sua vez, manifesta-se quando determinadas características ou condições sociais não encontram correspondência nas operações sistêmicas, posicionando certos indivíduos em situações de menor participação ou afastamento dos processos comunicativos.

A partir dessa perspectiva, a desigualdade social pode ser compreendida como resultado de processos diferenciados de acesso e participação nos sistemas sociais. Assim, as desigualdades não são produzidas apenas pela distribuição desigual de recursos materiais, mas também pelas formas pelas quais os sistemas estabelecem critérios próprios de reconhecimento, seleção e participação. Como argumentam Bachur (2012) e Torres Jr. (2014), a abordagem sistêmica permite observar que a sociedade moderna produz mecanismos de inclusão e exclusão que atravessam diferentes campos sociais, fazendo com que indivíduos possam estar integrados em determinados sistemas e simultaneamente marginalizados em outros.

Dessa forma, o presente artigo analisa a desigualdade social a partir da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, enfatizando como os processos de inclusão e exclusão produzidos pelos sistemas sociais funcionalmente diferenciados contribuem para compreender a reprodução das assimetrias sociais na modernidade. Justifica-se essa abordagem pelo fato de que a teoria luhmanniana desloca a análise da desigualdade das explicações centradas exclusivamente na estratificação ou na distribuição de recursos para os mecanismos comunicacionais

que regulam as possibilidades de participação dos indivíduos nos diferentes sistemas sociais, oferecendo uma perspectiva complementar para a compreensão das desigualdades na sociedade moderna. Para isso, será realizada uma análise bibliográfica e teórico-conceitual da obra de Luhmann, em diálogo com autores que discutem especificamente a relação entre teoria dos sistemas, desigualdade e processos de inclusão/exclusão.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira seção apresenta os fundamentos da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, discutindo conceitos centrais como diferenciação funcional, autonomia sistêmica e comunicação. A segunda seção, intitulada “A desigualdade na teoria dos sistemas”, concentra-se na relação entre inclusão, exclusão e desigualdade social, buscando compreender como os mecanismos sistêmicos contribuem para a produção de formas diferenciadas de participação na sociedade moderna. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais argumentos desenvolvidos ao longo do artigo.

A TEORIA DOS SISTEMAS

A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann é fundamental para compreender a forma como os indivíduos são interpretados dentro dos sistemas sociais e como as múltiplas categorias de desigualdades podem favorecer ou dificultar a sua participação. Luhmann compreende os sistemas sociais como autopoiéticos, operacionalmente fechados e funcionalmente diferenciados.

Para conseguir estabelecer esta diferenciação, os sistemas auto-referenciam-se em busca da realização da autopoiese[2]. Seus critérios, códigos e estruturas de sentido interno possibilitam compreender e processar as irritações provenientes do ambiente, filtrando aquilo que é relevante para a continuidade do sistema e descartando estímulos que não contribuem para sua manutenção. Esse processo reduz a complexidade ao tornar manejáveis as influências externas, assegurando a preservação de sua identidade e permitindo que ele funcione de forma coerente, estável e autônoma.

2 Maturana e Varela (1980) definem um sistema autopoiético e, consequentemente, a autopoiese, como uma rede de processos de produção que continuamente regeneram essa mesma rede, ou seja, a si mesmo, permitindo sua constituição e manutenção como unidade.

Por serem operacionalmente fechados, não absorvem nem participam de seu ambiente. Todas as ações que são realizadas seguem exclusivamente suas próprias regras e estruturas internas, sem depender de elementos externos para sua continuidade. Cada sistema filtra e traduz as influências externas de acordo com seus próprios critérios e códigos, transformando o ambiente em um contraponto essencial para a constituição de sua identidade. Com isso, o ambiente não é incorporado pelo sistema, mas funciona como referência para que o sistema em questão construa sua lógica operacional.

Portanto, a distinção entre sistema e ambiente é fundamental na Teoria dos Sistemas, pois é por meio dela que o sistema pode estabelecer seus limites, identificar o que lhe pertence e o que está fora de sua competência.

Sistema e ambiente

A partir dessa perspectiva, compreender a relação entre o sistema e o ambiente torna-se essencial para analisar o funcionamento interno do sistema e entender como ele assegura sua continuidade e autonomia, uma vez que essa relação não se restringe a uma simples oposição entre o sistema e seu exterior, mas constitui uma forma específica de diferenciação que torna possível a própria existência do sistema. As fronteiras estabelecidas por essa distinção permitem que suas comunicações, elementos e processos internos sejam organizados de maneira coerente e autônoma em relação ao contexto externo.

O ambiente em si não é apenas um contexto externo, mas um elemento que, ao ser continuamente reinterpretado pelo sistema, contribui para sua própria organização, adaptação e percepção da realidade como um todo. Por isso, “o ambiente, pois, é tão importante para esta forma, tão indispensável, quanto o próprio sistema” (Neves e Samios, 1997, p. 78). Sem o ambiente, não haveria o sistema, e, sem o sistema, com fronteiras claras, o ambiente não poderia ser identificado como tal. A existência de um só faz sentido na medida em que há o outro como referência, sendo essa distinção fundamental para que o sistema estabeleça seus próprios limites.

No entanto, mesmo que haja interdependência na relação entre sistema e ambiente, os sistemas, por serem operacionalmente fechados, não absorvem nem participam de seu ambiente. Todas as operações realizadas dentro do sistema

seguem exclusivamente suas próprias regras e estruturas internas, sem depender diretamente de elementos externos para sua continuidade. A auto-observação permite que o sistema observe e descreva suas próprias operações a partir das distinções que ele mesmo produz, possibilitando que reflita sobre seu modo de funcionamento sem depender de categorias externas.

A auto-observação também é essencial para que o sistema não perca sua identidade ao longo de suas operações, colaborando diretamente para a autorreferenciação do sistema. Como destacam Neves e Samios (1997, p. 43-44), as operações do sistema exigem que elas sejam identificadas como internas, separando-as do que é atribuído ao ambiente:

> [...] a observação das próprias operações (inclusive das próprias operações de observação) exige marcar estas operações como próprias, em contraste com aquilo que no sistema é atribuído ao ambiente. Dito de outro modo: o sistema nunca chegaria a construir sua própria complexidade e seu próprio saber, se fosse confundido continuamente com o ambiente.

Com isso, o ambiente para o sistema, além de ser visto como contraponto, colabora trazendo irritações e oferecendo constantemente novos estímulos. Essas irritações configuram-se como perturbações externas que o sistema não controla, mas que podem ser registradas e processadas conforme sua própria lógica operacional. São por meio delas que o sistema pode construir a sua própria complexidade e saber, destacando-se como uma unidade autônoma e diferenciada.

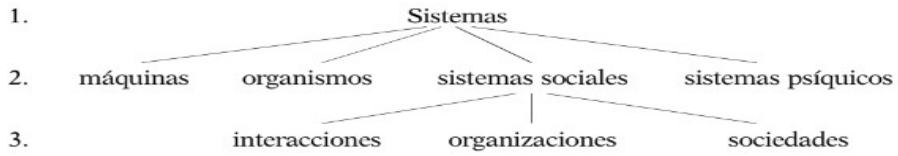
Desse modo, compreender a diferenciação entre sistema e ambiente é fundamental para reconhecer como cada sistema constrói sua própria identidade e mantém sua autonomia frente às irritações externas, tendo em vista que essa diferenciação não elimina a interdependência entre ambos, já que é justamente essa relação com o ambiente que o sistema encontra os estímulos necessários para manter e desenvolver suas próprias operações.

Sistemas psíquicos e sistemas sociais

Após analisar a distinção entre sistema e ambiente, faz-se necessário o aprofundamento da Teoria dos Sistemas proposta por Luhmann. Nela, é possível identificar quatro tipos principais de sistemas: máquinas (ou não-vivos), organismos (vivos), sistemas psíquicos e sistemas sociais.

Abaixo, é possível observar a representação esquemática que sintetiza a dinâmica e a classificação dos sistemas segundo a perspectiva luhmanniana:

Figura 1: Esquematização da dinâmica dos sistemas



Fonte: Sistemas sociales, lineamientos para una teoría general (1998)

Neste esquema, Luhmann (1998) simplifica a compreensão dos sistemas ao distinguir três categorias principais: a primeira, que representa a noção mais ampla e abstrata de “sistemas”, definida principalmente pela sua complexidade; a segunda, foco deste tópico, que reúne sistemas mais específicos e diferenciados entre si, tanto pelo tipo de operação que é realizada quanto pelo meio da qual se reproduzem; e uma terceira categoria, que será explorada com mais profundidade no próximo tópico.

Adentrando na definição dos sistemas vistos na segunda categoria, inicia-se a explicação com as máquinas, ou sistemas não vivos. Esse tipo de sistema é visto como um sistema que opera de acordo com uma programação externa. Elas não operam isoladamente, mas diretamente integradas ao seu ambiente. A operação de uma máquina requer interação com outros sistemas, sendo possível ver uma relação de dependência perante o seu ambiente, não conseguindo realizar de forma autônoma suas operações. Sua funcionalidade, portanto, depende de condições externas, considerando a estrutura dos sistemas não vivos e a necessidade para que ela possa ser operada.

Mesmo sendo sistemas não autopoieticamente fechados, uma vez que não produzem suas próprias instruções, operações ou controlam suas atividades de forma autônoma, eles ainda delimitam o que pode/deve ser feito ou não feito. Ou seja, embora dependam da ação de outros sistemas para funcionar, suas próprias estruturas impõem limites técnicos que orientam e restringem qualquer intervenção externa de maneira irrestrita, delimitando qual intervenção será necessária para a sua operação.

Em relação aos sistemas vivos, ou organismos, eles são compreendidos como sistemas que operam a partir de processos biológicos, destacando-se pela

capacidade de manter e reproduzir sua própria organização interna. Diferentemente das máquinas, os organismos são autopoieticamente fechados, totalmente capazes de realizar suas próprias operações internamente e reproduzir os elementos que os constituem. Sua autopoiese se dá por meio de processos como metabolismo, divisão celular, crescimento e regeneração, ou seja, os organismos mantêm sua autopoiese através de *inputs* (nutrição, oxigênio, etc.) e *outputs* (excreção, energia), operações que não apenas mantêm sua estrutura, mas também as tornam capazes de se adaptarem a variações do ambiente.

Embora estejam abertos ao ambiente em termos de troca de energia e matéria, os organismos não recebem instruções externas sobre como operar, eles interpretam estímulos segundo suas próprias organizações internas. Kunzler (2004, p. 127) enfatiza que:

> Eles são compostos de operações vitais, responsáveis pela manutenção do sistema. Se uma célula está com falta de ferro, por exemplo, ela não vai ficar esperando pela disposição do ambiente em suprir-lhe a falta. A célula não depende de uma decisão do ambiente em relação a ela. Ao contrário, seleciona o que considera importante no seu entorno.

Ou seja, os sistemas vivos, ou organismos, não são meramente máquinas físicas, mas sistemas que operam em um nível de autoconhecimento e adaptação. Diferente dos demais sistemas, os sistemas vivos reagem diretamente a estímulos físicos e químicos do ambiente, assegurando sua continuidade de maneira mais imediata e funcional.

Partindo para os sistemas psíquicos e sociais, vemos aqui o cerne da teoria de Niklas Luhmann, principalmente quando falamos de sistemas sociais. Nesses sistemas, vemos uma diferenciação crucial no que tange ao tipo de operação que fundamenta sua autopoiese. Enquanto os sistemas anteriormente abordados (não vivos e vivos) operam a partir de dinâmicas físico-químicas e vitais, os sistemas psíquicos e sociais se reproduzem com base em operações imateriais: o pensar e o comunicar.

No sistema psíquico, é possível observar a sua atuação na consciência humana, transformando impulsos nervosos em pensamentos. Os impulsos nervosos são caracterizados como pensamentos dentro da consciência do homem, com o ser humano como lugar de contínua produção desses pensamentos, procurando olhar

internamente e seguir as suas operações de maneira fechada, tal como os sistemas sociais.

No entanto, apesar de operacionalmente fechado, o sistema psíquico é aberto para aprender e sentir as irritações do ambiente. Esta abertura cognitiva é fundamental para a sua existência, permitindo que possa distinguir a si mesmo do ambiente, se adaptar e se autorreproduzir.

Os sistemas sociais também são sistemas que podem aprender, mesmo possuindo um fechamento operacional. A abertura cognitiva possibilita a adaptação em relação ao contexto, permitindo que o sistema capte irritações e as processe internamente de acordo com sua própria lógica operacional. Nos sistemas psíquicos, as irritações provenientes de seu ambiente são assumidas sob a forma de consciência, e nos sistemas sociais sob a forma de comunicação.

As comunicações presentes nos sistemas sociais, diferentemente dos sistemas psíquicos, são vistas como processos autônomos que conectam e organizam elementos comunicativos. Ela (a comunicação) permite toda a troca de sentido, informação e interação dentro dos sistemas de maneira compulsória.

Uma comunicação em questão possui etapas, onde o fato gerador, ou seja, o início de um processo comunicativo, é impulsionado pela seleção de informações e pela decisão de quais delas serão relevantes para a comunicação em questão. Segundo Neves e Samios (1997, p. 16), o conceito de comunicação é um processo de seleção que sintetiza informação, comunicação, ou dar a conhecer, e compreensão; onde, nessas etapas, é envolvida a escolha do conteúdo a ser transmitido, a seleção do meio de comunicação e, portanto, a compreensão do sentido dessa informação pelo sistema.

Kunzler (2004, p. 131) observa que a “comunicação acontece quando o Ego (aquele que recebe a informação) compreende a informação emitida por Alter (aquele que comunica), quando há compreensão da informação que está na mensagem”. Baraldi (1996, p. 46, *apud* Kunzler, 2004, p. 131) observa que:

> Quando o Ego consegue diferenciar o dar a conhecer de informação ocorre a compreensão. Dar a conhecer, informação e compreensão formam uma unidade inseparável que corresponde à comunicação. Nada impede, entretanto, que cada uma seja observada independentemente das demais. Quando o Alter faz um gesto para o Ego e este não vê que o gesto era para ele e continua caminhando, houve a emissão de uma mensagem, mas não houve a compreensão da informação, no caso cumprimento, portanto, não houve a comunicação porque o Ego não compreendeu a informação emitida.

Cada uma dessas etapas e a sua compreensão (a etapa final da comunicação) só ocorre quando Alter e Ego veem o gesto, ou seja, o que está sendo emitido para ele. A partir disso, a comunicação, que carrega a informação, mensagem e compreensão, é sintetizada e a reprodução do sistema e a capacidade de adaptação, uma vez que a comunicação foi compreendida, são proporcionadas (Luhmann, 1997, p. 80, *apud* Kunzler, 2004, p. 131).

Os sistemas psíquicos, nesse caso, são compreendidos enquanto consciência quando reproduzem seus pensamentos. Como afirma Kunzler (2004, p.127), “pensamento gera pensamento e nada mais”; evidenciando que, nessa operação, a consciência está voltada na contínua reprodução e rearticulação dos pensamentos. Ela não possui etapas até chegar à compreensão de um pensamento, como vista nos sistemas sociais, uma vez que o pensar é dado pela autorreferenciação do sistema e reprodução do pensamento interno.

Já os sistemas sociais, por sua vez, dependem de processos comunicativos que envolvem mais operações para que uma comunicação aconteça. Diferentemente dos sistemas psíquicos, cuja autopoiese se realiza apenas pela dinâmica interna do pensar, a comunicação exige uma articulação entre elementos como informação, dar a conhecer e compreensão, que precisam ocorrer de modo encadeado para que a operação comunicativa se efetive como parte do sistema social.

Tendo essa distinção em vista, ao destacar os sistemas sociais e considerar o papel central da comunicação nesses tipos de sistemas, é possível também observar que, devido aos processos comunicativos que os constituem, eles podem apresentar determinados desfechos. Luhmann observa que um sistema social pode continuar, se transformar ou morrer. Esses três desfechos traduzem as possibilidades que se abrem diante das irritações externas e todo o processo envolvendo a comunicação dentro de um sistema social em questão.

Quando o sistema continua, ou seja, se autorreproduz, Luhmann traz que ele consegue, por meio de de suas operações internas, diferenciar-se do seu ambiente, manter a sua organização interna e se perpetuar. Este ciclo de continuação revela a capacidade do sistema em lidar com as irritações externas sem comprometer a sua estrutura funcional, preservando a sua funcionalidade e identidade.

Já quando ocorre uma transformação, o sistema em questão altera parte de sua estrutura interna para continuar operando. Ele muda certos esquemas de

sentido, reconstrói a sua comunicação e funções internas, mas sem deixar de apresentar as características essenciais que o definem. Esta mudança é vista em determinados contextos como essencial para a autopoiese do sistema, sendo mais profunda que a continuidade, citada anteriormente.

Por exemplo, o sistema educacional é visto como um sistema social que passou por uma transformação para continuar existindo, podendo-se ver uma adaptação para a implementação do ensino à distância, ou EAD, principalmente durante a pandemia da Covid-19. Sem mudança de certos esquemas internos e reconstrução de sua comunicação, com a percepção da importância de uma implementação imediata e de qualidade do ensino EAD perante uma irritação de seu ambiente, no caso a pandemia, o sistema educacional como um todo entraria em colapso e a sua autopoiese estaria ameaçada. Assim, o próprio sistema observou e entendeu que a implementação deste tipo de ensino seria fundamental para a sua sobrevivência, sem perder a identidade e foco principal de promover a educação.

No caso de morte, vê-se o contrário dos dois tipos de cenários descritos. Quando um sistema acaba, ele não consegue dar continuidade ou mesmo se transformar. A comunicação, pilar fundamental para a operação dos sistemas sociais, é interrompida, deixando de haver a autorreferenciação dentro dos sistemas. Com isso, a diferenciação funcional entre sistema e ambiente torna-se inviável, sua identidade se desfaz, a autopoiese é cessada e a capacidade de responder a qualquer forma de irritação externa é anulada, ocorrendo um colapso, por completo.

Em países que passaram por regimes e crises autoritárias, pode-se ver a morte de certos sistemas. O mais clássico e notório é o fechamento do sistema jurídico, onde este sistema em questão perde completamente sua capacidade de operar com base em suas próprias normas, distinções e procedimentos, atuando, neste caso em específico, como instrumento do poder político e extinto enquanto estrutura funcional. Instituições jurídicas, como tribunais, perdem valor; as leis, daquilo que é lícito ou ilícito, são desmanteladas, e a diferença entre o sistema e seu ambiente torna-se não identificável, principalmente se relacionado ao sistema político em um período autoritário.

Estas três possibilidades mostram claramente o que pode acontecer a um sistema, sendo que cada um dos desfechos dependerá de toda a dinâmica envolvendo os sistemas e ambientes em questão e como as irritações condicionarão o comportamento dos sistemas sociais.

Interações, organizações e sociedade

Ao adentrar na terceira categorização dos sistemas, Niklas Luhmann propõe uma distinção fundamental em três níveis: interações, organizações e sociedade. Essa diferenciação permite compreender como a comunicação, elemento central da Teoria dos Sistemas Sociais, se manifesta e se organiza em escalas distintas de estrutura e complexidade. Cada nível apresenta formas específicas de articulação comunicativa, que se inter-relacionam e operam com lógicas próprias.

O primeiro nível, o mais simples, são as interações. Neste nível é possível observar um sistema com uma comunicação sucinta e sincronizada. Os participantes do sistema observam e ajustam as suas expectativas e ações com base na ação de outro participante, com cada ator comunicando algo e esperando uma resposta. Ou seja, o Alter e Ego estão presentes na comunicação, lidando com incertezas em uma interação comunicativa direta. Isso ocorre pelo caráter temporal e espacial limitado do sistema em questão, existindo apenas enquanto os participantes estão copresentes e encerrando-se quando esses indivíduos se separam. Uma conversa entre dois indivíduos ou uma simples reunião, por exemplo, é vista como uma interação, sendo limitada ao tempo e espaço onde ocorre a interação e cessada quando a comunicação é encerrada.

Em relação às organizações, vê-se um aumento de complexidade em comparação às interações. Luhmann (2016, p. 14) descreve-as como “sistemas definidos por regras de pertencimento”, onde a sua participação ou exclusão são condicionadas por regras dos próprios sistemas organizacionais, tais quais as universidades, escolas, sindicatos, clubes associativos, etc.

As organizações operam por meio de processos decisórios que orientam suas ações e dinâmicas internas, com a comunicação desempenhando um papel central na reprodução e manutenção dos próprios sistemas organizacionais em questão. Cada organização possui o seu modo de operar e comunicar, havendo a distinção de como cada uma irá interpretar um indivíduo ou grupo de indivíduos dentro de seu sistema. Assim, as decisões tomadas no interior das organizações não apenas refletem a lógica interna do seu funcionamento, mas também moldam a forma como os indivíduos são tratados e percebidos; isso reforça o caráter das organizações como espaços onde ocorrem processos de inclusão e exclusão,

atuando como filtros que determinam quem é reconhecido e legitimado dentro de suas comunicações.

Chegando ao nível mais complexo de um sistema, a sociedade, aqui observa-se uma grande diversidade de comunicações, com múltiplos subsistemas interagindo e se organizando de maneira funcional. Diferentemente das organizações, a sociedade não possui critérios de pertencimento baseados em regras específicas, ela é vista como um sistema que permite a participação de todos os indivíduos por meio das diversas formas de comunicação. Nesse contexto, a complexidade social é vista por camadas, possuindo subsistemas especializados, como a economia, a política, o direito, a ciência, a educação, etc.; e outros meios ainda mais complexos, como países ou polos regionais, cada um operando com códigos próprios e diferenciados. O sistema jurídico, por exemplo, atua por meio da diferença lícito/não lícito; o econômico, através de ter/não ter; e o educacional por meio de saber/não saber, entre tantos outros. É por meio desse caráter binário que os subsistemas conseguem orientar suas operações de forma consistente, definindo o que é relevante e permitindo que diferentes formas de comunicação coexistam de maneira organizada.

Consequentemente, com uma grande diversificação dentro da sociedade, é vista uma interdependência entre os subsistemas. As decisões tomadas nos subsistemas reverberam nos demais sistemas, muito devido ao que Luhmann (2016) chama de acoplamento estrutural. O acoplamento estrutural ocorre quando mais de dois sistemas se irritam e interagem de maneira recíproca, com articulações mútuas.

Tais acoplamentos revelam como a sociedade moderna opera com algum nível de integração, ainda que baseada em diferenciações funcionais. É por meio deles que os subsistemas conseguem observar, responder e ajustar-se às mudanças produzidas pelos demais, mantendo coerência em suas operações e permitindo que os sistemas sociais funcionem de maneira articulada. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender com maior profundidade os elementos que sustentam esses processos, como as estruturas, a dupla contingência e o próprio acoplamento estrutural, sendo por meio deles que o entendimento acerca de como a comunicação se organiza e se reproduz no interior dos diversos sistemas sociais se torna possível.

Estrutura, dupla-contingência e acoplamento estrutural

Conceitos de estrutura e dupla-contingência ajudam a compreender como é dada a dinâmica dos processos de comunicação dentro dos sistemas sociais, a ocorrência das interações na sociedade moderna e a sua autopoiese. Eles proporcionam, em conjunto, uma visão ampla do funcionamento dos sistemas, na qual a contínua interpretação e atribuição de sentidos são fundamentais para a sua reprodução.

A estrutura é vista como uma estrutura de expectativas que proporciona uma orientação clara sobre o que deve ser feito dentro dos sistemas sociais. Ela define padrões e normas que guiam as operações e as interações dentro do sistema, fornecendo estabilidade.

Além de fornecer estabilidade para aquilo que será comunicado e as condutas que serão seguidas internamente, a estrutura não apenas mantém a ordem interna, mas também facilita a adaptação do sistema social às mudanças externas, garantindo que ele possa operar de maneira coesa e eficiente sem que perca as suas características próprias. Ou seja:

> Considerando abstratamente, o conceito de estrutura pode se referir à comunicação ou à ação. As estruturas que articulam comunicação com comunicação, vinculam uma informação e são, portanto, estruturas mundanas. Elas aprendem no sistema tudo aquilo que pode ser relevante para o sistema em geral (Luhmann, 2016, p.317-318).

As estruturas de expectativas operam como formas de estabilização temporal, permitindo que o sistema lide com a complexidade ao estabelecer critérios normativos para responder às comunicações e possibilidades. O sentido, por sua vez, atua dentro das estruturas ao oferecer um horizonte que orienta como essas expectativas são organizadas e utilizadas. Ele não determina o que deve ocorrer, mas ajuda o sistema a escolher entre diferentes possibilidades de interpretação e ação, mantendo as comunicações compreensíveis. Desse modo, o sentido sustenta a continuidade das operações, fornecendo um esquema básico de orientação que permite ao sistema reproduzir suas próprias estruturas comunicativas.

Partindo para a dupla-contingência, é possível observar como Luhmann aborda a complexidade das interações sociais desde o seu ponto mais elementar: a comunicação entre dois participantes, o Alter e o Ego. A questão central está no fato de que, ao se relacionarem, ambos, o Ego e o Alter, enfrentam a incerteza quanto às ações e reações um do outro. Essa dupla contingência leva em conta a contingência

de um sistema e seu comportamento em relação ao outro. Luhmann (2016, p. 129) define contingência como “algo que não é necessário, nem impossível, algo que pode ser assim como é (ou era, ou será), embora seja possível de outro modo.”

As operações internas dos sistemas lidam com a contingência. Esta contingência, portanto, leva em conta a multiplicidade de possibilidades diante de cada situação, reconhecendo que as ações e comunicações são apenas uma entre muitas possíveis. Isso permite que os sistemas lidem com a incerteza e consigam reagir de modo menos inseguro às possibilidades apresentadas.

A partir dessa base da contingência, que reconhece a multiplicidade de possibilidades, surge o conceito de dupla contingência, que explora a complexidade da interação entre dois sistemas sociais distintos. A dupla contingência revela como cada sistema considera a incerteza do outro, configurando um cenário em que as ações e reações são mutuamente dependentes e incertas.

Neste evento, ambos os interlocutores exprimem insegurança e instabilidade no momento da interação. Tal situação ocorre justamente por serem, de acordo com Luhmann (2016), duas *black boxes* (caixas-pretas), sem transparência ou visibilidade em primeiro contato. Apesar desta insegurança e instabilidade inicial, é possível observar uma medida mínima de expectativas fundamentadas em conhecimento, pois somente com uma certa reciprocidade de ambos os sistemas que a comunicação ocorre. Com isso, para Luhmann (2016, p. 133):

> Ainda que operem “cegamente”, elas se conduzem melhor na *relação de uma com a outra* quando reciprocamente supõem determinabilidade na relação sistema/ambiente e, por conseguinte, se observam. A tentativa de prever o outro necessariamente falharia. Pode-se ter sorte e ganhar experiência com a tentativa de influenciar o outro a partir de seu ambiente.

Portanto, as caixas-pretas produzem certa nitidez quando uma encontra a outra, ou pelo menos encontram transparência suficiente para o tratamento mútuo. Essa transparência entre Alter e Ego ocorre devido à observação recíproca dos dois sistemas autorreferentes que procuram diferenciar-se do seu ambiente, conhecendo melhor o seu externo e diminuindo a complexidade envolvida na interação.

Esta conceituação enfatizada por Luhmann demonstra como a comunicação pode ou não acontecer. A dupla contingência evidencia que a comunicação não é garantida de antemão, dependendo da disposição mútua dos participantes em aceitar se participam ou não. Assim, a comunicação emerge como um fenômeno

altamente complexo e contingente, cuja efetivação só se torna possível com a construção de expectativas recíprocas estáveis, que reduzem a incerteza entre os sistemas envolvidos.

Nos sistemas sociais, a comunicação é o elemento central de constituição e reprodução, mas sua realização depende da superação de uma incerteza mútua que permeia os sistemas. Somente com a redução das incertezas e uma mútua reciprocidade os sistemas conseguem tornar transparente a interação entre ambos.

É nesse cenário que a estrutura também ganha importância: ela atua como um mecanismo que orienta as expectativas, oferecendo padrões relativamente estáveis que reduzem a complexidade da comunicação e aumentam suas chances de sucesso e de mútua reciprocidade entre os sistemas sociais. As estruturas sociais, com normas, papéis e códigos comunicacionais dentro de suas operações, funcionam como marcos que organizam as interações e tornam mais previsíveis as condutas dentro dos sistemas, tal como as chances de percepção e, consequentemente, de comunicação entre os participantes (Luhmann, 2016, p. 472). Desse modo, no momento da interação entre dois sistemas conscientes, a estrutura orienta como o próprio sistema irá se portar e interagir com o seu ambiente da melhor maneira possível.

Contudo, essas estruturas não eliminam a contingência, apenas tornam as condições menos imprevisíveis. À medida que diferentes sistemas (como o jurídico, político, econômico, etc.) interagem de forma recorrente e criam uma relação estável, desenvolve-se o acoplamento estrutural, uma forma de conexão em que os sistemas, de maneira autônoma, se irritam mutuamente por meio de expectativas estabilizadas.

O acoplamento em si diz respeito à interação entre dois sistemas sociais autônomos que estabelecem expectativas recíprocas e exercem irritações mútuas, sem que um controle o outro. Esse acoplamento reduz a complexidade do ambiente e cria padrões de relação que facilitam a comunicação. Neves e Samios (1997, p. 84-85) descreve que:

> Acoplamentos estruturais existem, pois, como expressa Maturana, em relação ortogonal à autopoiesis do sistema. Eles não contribuem com nenhuma operação que tenha a capacidade de reproduzir o próprio sistema - ou seja, no nosso caso: nenhuma comunicação. Mas eles estimulam o sistema a irritações, perturbam o sistema de um modo que internamente, então, é levado a uma forma, com a qual o sistema pode trabalhar.

Neste caso, o acoplamento estrutural atua como uma ponte sensível entre os sistemas que, embora operem de forma autônoma, tornam-se mutuamente relevantes por meio das irritações geradas. Cada sistema, ao ser afetado pelas perturbações do outro, reage segundo sua própria lógica interna e suas estruturas comunicacionais, o que proporciona a continuidade dos sistemas de maneira autônoma, mesmo diante de irritações externas.

Ademais, a partir do acoplamento estrutural, evidencia-se a relevância desse elemento em articulação com a estrutura e a dupla contingência no que se refere à autorreferenciação dos sistemas e à sua continuidade, revelando como é dada a viabilização da comunicação e o funcionamento das dinâmicas que os envolvem. Tais características exemplificam de forma consistente o contexto e a lógica que permeiam essas interações: a estrutura oferece padrões estáveis que orientam as expectativas, a dupla contingência evidencia a incerteza e as possibilidades presentes nas interações entre os sistemas, e o acoplamento estrutural possibilita uma articulação e irritação recíproca envolvendo mais de um sistema. Esses elementos, em sua interdependência, sustentam as condições para que a comunicação ocorra, tal como a continuidade dos sistemas sociais.

Compreender essa base conceitual é fundamental para analisar as formas pelas quais os sistemas se diferenciam e se reproduzem a partir de suas próprias lógicas. A dinâmica dos sistemas sociais revela como suas operações produzem efeitos concretos na distribuição de participação, gerando diferenças reais nas oportunidades e caminhos disponíveis para cada indivíduo. Critérios internos mais rígidos ou específicos fazem com que alguns perfis sejam reconhecidos como pertinentes, enquanto outros permanecem excluídos da possibilidade de participação, sendo a partir desse processo que se pode compreender como a desigualdade se manifesta nos sistemas sociais.

A DESIGUALDADE NA TEORIA DOS SISTEMAS

Na perspectiva de Luhmann, a sociedade moderna é composta por sistemas funcionalmente diferenciados, como o sistema político, econômico, jurídico e educacional, entre outros, que produzem e reproduzem suas próprias operações comunicativas. Cada sistema observa a realidade social a partir de seus próprios códigos e critérios internos, estabelecendo formas específicas de reconhecimento,

participação e pertencimento. Dessa maneira, a inclusão ou exclusão dos indivíduos não ocorre a partir de uma lógica única ou centralizada, mas conforme as condições estabelecidas por cada sistema funcional.

Os processos de inclusão e exclusão constituem elementos fundamentais para compreender como as desigualdades podem ser produzidas no interior da sociedade funcionalmente diferenciada. A desigualdade, nessa perspectiva, não é analisada apenas como resultado da distribuição desigual de recursos materiais ou de posições sociais, mas também como consequência dos diferentes modos pelos quais os indivíduos conseguem acessar, participar e serem reconhecidos nas comunicações dos sistemas sociais. Assim, determinados indivíduos ou grupos podem encontrar maiores dificuldades de participação em determinadas esferas sociais quando suas características, condições ou formas de comunicação não são consideradas relevantes pelas operações internas dos sistemas.

Essa dinâmica ocorre porque os sistemas sociais, ao operarem por meio de critérios próprios de seleção, precisam reduzir a complexidade presente em seu ambiente, estabelecendo distinções que definem aquilo que será incorporado ou não às suas comunicações. Entretanto, tais processos seletivos podem produzir barreiras à participação social, uma vez que determinados indivíduos podem ter suas possibilidades de acesso limitadas em diferentes sistemas funcionais.

Nesse sentido, Bachur (2012) destaca que a forma inclusão/exclusão ocupa um lugar central no debate da teoria dos sistemas sociais justamente por representar uma tentativa de compreender a desigualdade social dentro de uma sociedade organizada pela diferenciação funcional. Diferentemente das teorias baseadas em estruturas tradicionais de estratificação, a perspectiva sistêmica busca explicar como os indivíduos possuem diferentes possibilidades de acesso às comunicações dos sistemas sociais. Contudo, o autor ressalta que essa abordagem apresenta desafios quando confrontada com as manifestações empíricas da desigualdade, especialmente porque processos de exclusão podem ultrapassar os limites de um único sistema funcional e produzir efeitos cumulativos em diferentes dimensões da vida social.

Assim, embora a diferenciação funcional pressuponha que os sistemas operem de maneira relativamente autônoma e segundo critérios próprios, a realidade social demonstra que dificuldades de participação em determinado sistema podem afetar as possibilidades de inclusão em outros. A exclusão econômica, por

exemplo, pode repercutir sobre oportunidades educacionais, políticas ou jurídicas, revelando que as desigualdades sociais nem sempre permanecem restritas ao âmbito específico no qual foram produzidas.

Dessa forma, a inclusão e a exclusão devem ser compreendidas como mecanismos estruturais que permitem observar como a sociedade moderna organiza as possibilidades de participação social. Elas não representam apenas consequências da desigualdade, mas fazem parte da própria dinâmica pela qual os sistemas sociais estabelecem diferenças, selecionam comunicações relevantes e regulam formas de pertencimento. A comunicação, portanto, ao mesmo tempo em que possibilita a integração dos indivíduos à sociedade, também produz distinções e fronteiras que podem resultar em diferentes níveis de participação social.

Inclusão e exclusão

Adentrando ao tema da inclusão e exclusão, Luhmann (2016) destaca a diferenciação funcional como marca importante para estudar as sociedades modernas em si e o funcionamento dos sistemas sociais. Nestas sociedades em questão, não há uma exclusão por completo dos indivíduos, podendo se ver uma participação (seja de um indivíduo ou grupo social) em um ou mais sistemas. Diferentemente das sociedades pré-modernas, onde a inclusão ou exclusão ocorre por completo, a sociedade moderna é caracterizada pela sua complexidade e multidimensionalidade.

A transição de sociedades estratificadas para sociedades funcionalmente diferenciadas, conforme discutida por Luhmann, demarca e evidencia um tipo de inclusão e exclusão onde todos podem ter acesso a diferentes áreas, como política, economia, ciência e arte, por exemplo, de maneira simultânea. Os sistemas funcionais não excluem indivíduos ou grupos como um todo, e nenhum dos condicionamentos ou nuances exclui ninguém de poder participar de um ou mais sistemas sociais. A possibilidade de determinados indivíduos participarem ou não vai depender de como os sistemas conseguem compreender e denotar sentido a determinadas pessoas e grupos presentes na sociedade, selecionando quem irá participar ou não do próprio sistema. Com isso, Niklas Luhmann afirma que:

> A inclusão (e, correspondentemente, a exclusão) apenas pode referir-se ao modo pelo qual, no nexo comunicacional, seres humanos são identificados,

> ou seja, considerados como relevantes. Também se pode dizer, ligado a um sentido tradicional do termo: o modo pelo qual eles são tratados como “pessoas” (Luhmann, 2013, p. 19).

Assim, os sistemas sociais atuam como um meio de diferenciação social e funcional, interpretando quem é relevante ou não para a sua comunicação e decidindo o modo pelo qual os indivíduos são tratados e interpretados como “pessoas” dentro de suas operações (Luhmann, 2013). Este modo de interpretação e tratamento e, consequentemente, de inclusão e exclusão, ocorre em três níveis de complexidade, podendo ser visto nas interações, nas organizações e na sociedade, o sistema social mais complexo existente.

No primeiro nível, nas interações, vê-se um processo de inclusão e exclusão social focada principalmente na temporalidade e espaço, com a inclusão e a própria exclusão voltadas à atenção momentânea, à percepção mútua e ao reconhecimento recíproco entre os participantes. As redes de interação, presentes neste sistema em questão, constantemente geram regulamentações de inclusão e exclusão. Essas redes são compostas por indivíduos que se conhecem, mas não são formalmente organizados; com isso, por seu caráter breve, a decisão sobre quem participa ou não das interações é mais simples e direta, apresentando uma comunicação onde o indivíduo ou é totalmente incluído ou excluído.

No segundo nível, situam-se as organizações, onde os processos de inclusão e exclusão social ganham relevância central. A adesão a uma organização está condicionada ao atendimento de determinadas condições, como possuir competências específicas, convicções ou praticar uma profissão definida. São justamente as organizações que determinam os seus critérios e mecanismos de inclusão e exclusão, utilizando seus arranjos e estruturas internas para regular quem pertence ou não pertence.

A inclusão e a exclusão em si ocorrem por meio de critérios comunicacionais estruturados, como decisões formais, exigências de qualificação e adequação a determinadas expectativas. Ao contrário das interações, que são marcadas por presença física e trocas diretas, em que a exclusão e a inclusão ocorrem de forma imediata e informal, nas organizações esses processos são mais duradouros e seletivos. As organizações filtram a participação por meio de decisões seletivas, regulando e condicionando a entrada e a mobilidade do indivíduo no sistema por

meio de expectativas normativas e funcionais a serem seguidas na organização, definindo papéis e formas legítimas de participação.

Em relação ao terceiro nível (sociedade), a inclusão e a exclusão ocorrem de maneira muito mais complexa e abrangente. Para Luhmann (2016, p. 465), há apenas uma sociedade, ou seja, a sociedade mundial, “que abarca em si todas as comunicações”. Sabe-se que os sistemas sociais atuam com base nas suas normas internas e possuem autonomia na realização de suas operações. No entanto, em uma sociedade, os processos de inclusão e exclusão são concomitantes, com formas de participação que ocorrem de maneira paralela, com diversos sistemas realizando suas funções e comunicações simultaneamente.

Ademais, é possível observar os subsistemas sociais operando e influenciando na comunicação de outros sistemas sem perder a sua própria autonomia. Tal influência pode vir a partir de acoplamentos estruturais que proporcionam uma mútua influência, com ambos os sistemas possuindo expectativas recíprocas e troca de irritações.

Mesmo que cada sistema possua a própria capacidade de decidir, interpretar e incluir ou excluir determinadas pessoas e grupos, o acoplamento corrobora com a interconexão dos sistemas, trazendo perturbações que impactam na interpretação de determinados elementos ou mesmo comunicações presentes em suas estruturas. Assim, indivíduos que já enfrentam dificuldades de inclusão em um sistema social podem encontrar ainda mais barreiras em outros subsistemas, à medida que as exclusões se reforçam por essas conexões estruturais entre os sistemas sociais.

Diante dessa dinâmica de interconexão entre os sistemas e a forma de como as exclusões podem se propagar entre eles, torna-se possível compreender com maior clareza os processos de inclusão e exclusão em seus diferentes níveis de complexidade. Entretanto, é importante destacar que esses mecanismos não se limitam apenas à lógica interna dos sistemas sociais; a individualidade também desempenha um papel crucial, influenciando fortemente como a vida de cada indivíduo é traçada e quais oportunidades de participação e reconhecimento lhes são acessíveis na sociedade. Nassehi (2002, p. 134) afirma que:

> [...] individuality is the form in which people can make their own lives narratable, i.e. presentable in communicative forms. And people themselves, as well as the ideas of individual wholeness, are nothing but effects of these communicative forms and strategies.

Pode-se ver que a individualidade engloba todo aspecto da própria pessoa e de sua trajetória, sendo este resultado de como os sistemas compreendem e interpretam cada indivíduo. A individualidade na visão luhmanniana parte do efeito das comunicações sociais sobre cada indivíduo, um processo complexo que envolve tanto elementos de exclusão quanto de inclusão, que molda o estilo de vida, jeito de ser e a própria individualidade do indivíduo em questão, tal como na possibilidade de participar ou não das comunicações dos sistemas sociais.

Ademais, como a individualidade é constituída pelas comunicações e pelas diferentes formas de participação nos sistemas sociais, torna-se necessário compreender que os processos de inclusão e exclusão não ocorrem de maneira isolada, mas estão relacionados às próprias condições estruturais e, consequentemente, às suas expectativas que orientam a participação dos indivíduos nos diferentes sistemas sociais. A diferenciação funcional não elimina a existência de desigualdades, mas modifica a forma como elas são produzidas e observadas. Nesse sentido, a desigualdade deixa de ser compreendida como uma estrutura fixa e hierárquica capaz de organizar toda a sociedade, passando a atuar de maneira contingente e mediada pelas operações próprias de cada sistema.

Em uma sociedade funcionalmente diferenciada, não existem critérios universais ou necessários capazes de determinar, de forma definitiva, quem será incluído ou excluído das comunicações sociais. As possibilidades de participação permanecem contingentes, isto é, dependem das seleções realizadas por cada sistema segundo seus próprios códigos, programas e estruturas de expectativa que podem ou poderiam ser de outra maneira, dado a contingência das relações entre os sistemas sociais. Conforme argumenta Dutra Torres (2014, p. 548), “as estruturas de desigualdade deixam de constituir o princípio organizador da sociedade e passam a assumir um caráter contingente”, tendo em vista o primado da diferenciação funcional e da ordem social. Desse modo, podem ser transformadas sem alterar a identidade da sociedade moderna, cuja reprodução permanece fundamentada na diferenciação funcional. Isso não implica a eliminação das desigualdades, mas sua reconfiguração: elas continuam condicionando as oportunidades de participação dos indivíduos, embora sejam processadas pelos critérios seletivos próprios de cada sistema funcional.

Nesse sentido, as estruturas de desigualdade orientam as formas pelas quais os indivíduos são selecionados e incorporados às operações dos sistemas sociais.

Entretanto, elas não determinam diretamente o funcionamento interno desses sistemas, uma vez que cada subsistema opera segundo seus próprios códigos e programas. Como destaca Dutra Torres (2014), as desigualdades sociais podem influenciar as oportunidades de participação dos indivíduos, mas essa influência é processada internamente pelos sistemas, sendo transformada em critérios próprios de seleção e reconhecimento.

Assim, a desigualdade econômica, por exemplo, não interfere diretamente na operação do sistema educacional ou jurídico, pois esses sistemas possuem códigos específicos que orientam suas comunicações. Contudo, as condições econômicas podem afetar as possibilidades de acesso dos indivíduos a esses sistemas, influenciando suas trajetórias e oportunidades de participação. Dessa maneira, fatores externos aos sistemas não determinam suas operações, mas podem estabelecer condições diferenciadas para que determinados indivíduos sejam incluídos ou excluídos de suas comunicações, e as chances dependem da “preparação para lidar com a contingência dos eventos sociais" (Dutra, 2014, p. 555)

Essa relação evidencia uma tensão central da teoria dos sistemas: embora a diferenciação funcional permita compreender a autonomia dos sistemas sociais, ela também apresenta desafios para explicar desigualdades persistentes que atravessam simultaneamente diferentes dimensões da vida social. Como observa Bachur (2012), um dos principais debates em torno da teoria refere-se justamente ao fato de que processos de exclusão podem repercutir para além de um único sistema funcional, produzindo efeitos cumulativos sobre as oportunidades de participação dos indivíduos. Assim, obstáculos de inclusão na economia, por exemplo, podem repercutir também sobre o acesso à educação, ao direito ou à política .

Portanto, compreender a desigualdade a partir da teoria dos sistemas exige observar uma dupla dimensão. Por um lado, os sistemas sociais possuem autonomia operacional e reproduzem suas comunicações a partir de critérios internos específicos. Por outro, esses mesmos sistemas estão inseridos em uma sociedade complexa na qual as condições desiguais de participação influenciam as possibilidades de inclusão, exclusão e reconhecimento dos indivíduos nos processos de comunicação. A desigualdade, nesse sentido, não é externa aos sistemas sociais, mas participa dos processos seletivos e contingentes pelos quais as oportunidades de comunicação são distribuídas.

Dessa maneira, os mecanismos de inclusão e exclusão revelam que a sociedade moderna, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de participação por meio da diferenciação funcional, também produz novas formas de distinção social. A inclusão nunca ocorre de maneira absoluta ou homogênea, pois depende da capacidade dos indivíduos de serem reconhecidos como relevantes nas comunicações específicas de cada sistema. Consequentemente, a desigualdade social pode ser compreendida como resultado das diferentes possibilidades de acesso, reconhecimento e participação produzidas no interior da sociedade funcionalmente diferenciada e contingente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender que a desigualdade social, a partir da perspectiva da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, não pode ser reduzida apenas às diferenças econômicas ou às posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social. Embora a sociedade moderna seja organizada por sistemas funcionalmente diferenciados, com operações próprias e relativamente autônomas, esses sistemas estabelecem diferentes condições de participação, reconhecimento e acesso às suas comunicações, produzindo formas específicas de inclusão e exclusão.

Nesse sentido, a diferenciação funcional não elimina as desigualdades sociais, mas transforma a maneira como elas são produzidas e observadas. Conforme discutido a partir de Bachur (2012) e Dutra Torres (2014), as desigualdades permanecem relevantes para compreender como os indivíduos são selecionados e incorporados às operações dos sistemas sociais, ainda que não determinem diretamente o funcionamento interno de cada sistema. Assim, as desigualdades atuam de maneira mediada pelas estruturas comunicativas, influenciando as possibilidades de participação dos indivíduos em diferentes esferas sociais. A inclusão e a exclusão, portanto, constituem mecanismos fundamentais para compreender a distribuição desigual das oportunidades de participação na sociedade moderna. A inclusão não ocorre de maneira completa ou homogênea, pois depende dos critérios específicos de cada sistema social, enquanto a exclusão não representa necessariamente uma ausência absoluta de participação, mas pode significar limitações de acesso, reconhecimento e integração em determinados

contextos comunicativos. Dessa forma, um indivíduo pode estar incluído em determinado sistema e, simultaneamente, encontrar barreiras de participação em outros.

A partir da perspectiva luhmanniana, a sociedade moderna não se organiza primordialmente a partir dos indivíduos, mas das comunicações produzidas pelos sistemas sociais. Contudo, isso não significa ignorar a experiência concreta dos sujeitos ou as desigualdades que atravessam suas trajetórias. Pelo contrário, a análise sistêmica permite observar como essas desigualdades são incorporadas e reproduzidas por meio dos processos seletivos que orientam a participação dos indivíduos nos diferentes sistemas funcionais.

Conclui-se, portanto, que a desigualdade social, na ótica da Teoria dos Sistemas, deve ser compreendida como resultado das diferentes possibilidades de acesso e reconhecimento produzidas em uma sociedade marcada pela diferenciação funcional. Ao mesmo tempo em que os sistemas sociais ampliam as formas de participação e integração, eles também estabelecem distinções que podem gerar barreiras e assimetrias. Dessa maneira, os processos de inclusão e exclusão revelam a complexidade da sociedade moderna, na qual as oportunidades de participação são continuamente produzidas, selecionadas e distribuídas pelas próprias operações comunicativas dos sistemas sociais contingentes.

REFERÊNCIAS

BACHUR, João Paulo. Inclusão e exclusão na teoria de sistemas sociais: um balanço crítico. **BIB-Revista Brasileira de Informacão Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 73, p. 55-83, 2012.

DE MORAIS KUNZLER, Caroline. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, v. 9, n. 16, 2004.

LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In: BACHUR, João Paulo; DUTRA, Roberto (orgs.). **Dossiê Niklas Luhmann.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 15-50.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociales: lineamientos para una teoría general.** Trad. de Silvia Pappe y Brunhilde Erker; coord. por Javier Torres Nafarrete. Rubí (Barcelona): Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA, Pontificia Universidad Javeriana, 1998.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral/ Niklas Luhmann**; Tradução de Antonio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior, Marco Antonio dos Santos Casanova. - Petrópolis,RJ : Vozes, 2016 - (Coleção Sociologia).

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **Autopoiesis and cognition: the realization of the living.** Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1980.

NASSEHI, Armin. Exclusion individuality or individualization by inclusion?. **Soziale Systeme,** v. 8, n. 1, p. 124-135, 2002.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Ed. da UFRGS, 1997.

Torres Junior, R. D. (2014). O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann. ***Caderno crh*****,** *27*, 547-561.

Artigo recebido em 25 de maio de 2026.

Aprovado em 23 de setembro de 2026.